



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO COORDENADORIA DE MATERIAL E PATRIMÔNIO SEÇÃO DE INSTRUÇÃO DE COMPRAS

TERMO DE REFERÊNCIA

I - Objeto (Art. 6º, Inciso XXIII, Alínea “a” da Lei 14.133/2021)

1.1) Serviço contínuo de impressão e fornecimento, com instalação quando aplicável, de materiais gráficos (adesivos para plotagem e banners), para atender às ações de Memória deste Tribunal, conforme as especificações e condições descritas neste Termo de Referência.

Item	Descrição	Catserv	Unid.	Qtde TRE/RJ	Referência Marca/ Modelo
ADESIVO PARA PLOTAGEM					
1	Adesivo em vinílico opaco brilhoso ou fosco, impressão digital UV FULL HD colorida, de gramatura mínima de 100 g/m², com aplicação em totem e painel superfície	18724	m²	504	-
A arte será fornecida pelo Tribunal.					
BANNER					
2	Banner em lona vinílica 440g, brilhosa ou fosca, com impressão digital UV Full HD colorida, com acabamento em bastão de madeira revestido com propileno, ponteiros emborrachadas e cordão de nylon para pendurar.	18724	m²	126*	-
A arte será fornecida pelo Tribunal.					

*A quantidade estimada do item foi arredondada para 126m², um vez que o sistema Compras.gov.br não aceita número fracionado.

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Portaria Presidência nº 30, de 20 de junho de 2022, e é classificado como serviço comum.

1.3. Havendo divergência entre as especificações constantes no sistema eletrônico e as contidas neste Termo de Referência, prevalecerão estas.

II - FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (Art. 6º, Inciso XXIII, Alínea “b” da Lei 14.133/2021)

2.1. A fundamentação da contratação está contida no Estudo Técnico Preliminar (ETP) id. 5037065, presente no Processo Administrativo SEI TRE-RJ nº 2025.0.000043357-8.

2.2. A equipe não identificou riscos além dos já listados no macroprocesso de contratações.

III - DESCRIÇÃO PORMENORIZADA DA SOLUÇÃO (Art. 6º, Inciso XXIII, Alínea “c”, da Lei 14.133/2021)

A descrição da solução está indicada no tópico I.

IV - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (Art. 6º, Inciso XXIII, Alínea “d”, da Lei 14.133/2021)

4.1. Das obrigações da contratada

4.1.1. Executar o objeto conforme as determinações previstas neste Termo de Referência.

4.1.2. Trocar, às suas expensas, o material que for recusado pelo TRE-RJ, observando-se que o recebimento não caracteriza a aceitação do mesmo, que somente ocorrerá após o aceite definitivo.

- 4.1.3. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no Termo de Referência, o objeto fornecido com defeito, vícios ou incorreções.
- 4.1.4. Informar no momento de envio da proposta, endereço eletrônico e contato telefônico para comunicação com o TRE/RJ, sendo de sua responsabilidade mantê-los atualizados durante toda a fase de execução da contratação.
- 4.1.5. Manter, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação exigidas.
- 4.1.6. Responder pelos danos causados diretamente à contratante ou aos seus bens, ou ainda a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato.
- 4.1.7. Não transferir ou ceder a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente contrato.
- 4.1.8. Orientar e treinar, quando for o caso, seus empregados sobre as disposições legais aplicáveis à proteção de dados pessoais, dando-lhes conhecimento formal das cláusulas, condições e obrigações relacionadas à Lei nº 13.709/2018 — Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais — LGPD, inclusive no tocante à Política Geral de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais da Justiça Eleitoral, instituída pela Resolução TSE nº 23.650/2021;
- 4.1.9. Autorizar à Contratante o acesso aos dados pessoais dos representantes da Contratada, para formalização e execução do objeto do contrato, tais como: nome, número do CPF, endereço eletrônico e cópia do documento de identificação, em atendimento ao disposto na LGPD e na Resolução TSE nº 23.650/2021;
- 4.1.10. Indicar representante para assuntos relacionados à LGPD, sempre que solicitado pelo TRE-RJ, que poderá ser o mesmo colaborador qualificado como preposto para outros assuntos relacionados à execução do contrato, observada a necessária apresentação de termo de compromisso e responsabilidade pelo acesso aos dados;
- 4.1.11. Prestar, no prazo fixado pela contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado, comprometendo-se, ainda, quando necessário e dentro das limitações pertinentes ao objeto do contrato, a auxiliar a contratante em relação à requisição dos titulares de dados pessoais, nos termos do art. 18 da LGPD, autoridades competentes ou quaisquer outros legítimos interessados;
- 4.1.12. Assegurar que os subcontratados estejam vinculados por obrigações de confidencialidade, segurança e privacidade de dados, conforme estabelecido neste termo de referência, na hipótese de a contratação permitir a subcontratação;
- 4.1.13. Pela assinatura do contrato, a contratada fica ciente de que qualquer violação às disposições da LGPD é considerada uma violação do instrumento contratual pactuado pelas partes, sujeitando-se às penalidades cabíveis;
- 4.1.14. Fica ciente, ainda, de que os dados pessoais dos representantes, prepostos e/ou colaboradores da contratada, obtidos em razão da execução contratual, poderão ser divulgados pela contratante, com a finalidade de cumprir mandamentos legais e jurisprudenciais relacionados à transparência;

4.2 Obrigações do contratante

- 4.2.1 Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto, através de comissão/servidor especialmente designado.
- 4.2.2 Receber provisória e definitivamente o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência.
- 4.2.3 Comunicar à contratada a ocorrência de quaisquer imperfeições verificadas no objeto fornecido, fixando prazo para que seja sanado o problema.
- 4.2.4 Efetuar o pagamento à contratada, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidas neste Termo de Referência.
- 4.2.5 Tratar os dados pessoais dos representantes, prepostos e/ou colaboradores da contratada para viabilizar o acesso às instalações físicas do Tribunal, a gestão contratual através de sistema de informação e o cumprimento do dever legal de fiscalização da execução do contrato;

4.3 Obrigações comuns às partes

- 4.3.1. As partes declaram que têm ciência da existência da Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e Resolução TSE nº 23.650/2021 e se comprometem a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na referida lei, com intuito de proteção dos dados pessoais repassados em virtude da execução contratual, sendo vedada a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado para finalidade distinta daquela contida no objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.
- 4.3.2. A contratante figura na qualidade de controladora de dados enquanto a contratada é definida como operadora de dados.
- 4.3.3. A contratante e a contratada serão consideradas controladoras conjuntas quando eventualmente houver uma participação conjunta na determinação das finalidades e meios de tratamento dos dados pessoais, hipótese em que devem ser definidos os papéis e responsabilidades de cada controlador;
- 4.3.4. As partes comprometem-se, ainda, a:
- 4.3.4.1. realizar o tratamento dos dados pessoais pautado pela boa-fé e pelos princípios previstos no art. 6º da LGPD, em especial os da finalidade adequação, necessidade, transparência e livre acesso, em compatibilidade com o objeto contratado;

4.3.4.2. manter a integridade, o sigilo e a confidencialidade de todas as informações - em especial os dados pessoais e dados sensíveis - repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na LGPD e Resolução TSE nº 23.650/2021, sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo para viabilizar o cumprimento do Aviso de Dispensa/Edital, do instrumento contratual ou documento equivalente, bem como as decorrentes de obrigações legais e determinação judicial;

4.3.4.3. manter registros precisos e atualizados das atividades de tratamento e compartilhamento de dados pessoais, incluindo o acesso e a utilização dessas informações, para fins de auditoria e prestação de contas;

4.3.4.4. obter e apresentar à outra, sempre que necessário, e mediante solicitação prévia, os respectivos termos de ciência ou consentimento, quando for o caso, dos titulares para o tratamento dos dados pessoais dos quais forem controladoras, bem como os respectivos termos de compromisso e responsabilidade pelo acesso e tratamento de dados realizados por seus servidores, colaboradores, prepostos, prestadores de serviço, contratados terceirizados ou autônomos, sócios ou diretores a elas vinculados;

4.3.4.5. implementar todas as medidas técnicas e organizacionais cabíveis para prover um nível de segurança adequado frente aos riscos inerentes ao tratamento de dados pessoais objeto do contrato, dentre elas o armazenamento dos dados tratados em banco de dados seguro, no território nacional e com acesso restrito;

4.3.4.6. comunicar, em até 24 horas, a contar da ciência do ocorrido, qualquer incidente de acesso não autorizado aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da LGPD; e

4.3.4.7. eliminar os dados pessoais que venham a ter acesso, após a satisfação da finalidade respectiva, encerramento do tratamento por decurso de prazo ou pelo término da execução contratual, ressalvados os casos em que a manutenção dos dados por período superior decorra de obrigação legal.

4.3.5. A contratante poderá realizar auditorias nos processos da contratada para verificar a conformidade do tratamento dos dados pessoais pertinentes ao objeto do referido contrato, conforme determinado pela LGPD e pela Resolução TSE nº 23.650/2021;

4.3.6. As partes responderão administrativamente e judicialmente, em relação aos danos patrimoniais, morais, individual ou coletivo, comprovadamente causados aos titulares de dados pessoais, em decorrência da execução contratual por inobservância da LGPD e Resolução TSE nº 23.650/2021.

V - MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO (Art. 6º, Inciso XXIII, Alínea “e”, da Lei 14.133/2021)

5.1 - **Do contrato** - A contratação será realizada através de termo de contrato, que deverá ser assinado pela empresa vencedora do certame em, no máximo, 3 dias úteis, a contar da convocação deste Tribunal, sob pena de decair o direito à contratação, sujeito às sanções legais cabíveis.

5.2 Os prazos dos subitens anteriores poderão ser prorrogados, por igual período, quando solicitado pelo licitante, de forma justificada e aceita pelo TRE-RJ.

5.3 Será verificado, por meio do Sicaf e de outros meios, a manutenção das condições de habilitação exigidas no Edital.

5.4. O prazo de vigência da contratação é de 60 meses, a contar do primeiro dia útil seguinte ao da publicação no PNCP, na forma do artigo 106 da Lei nº 14.133/2021.

5.5. Da amostra

5.5.1. Antes da primeira confecção de determinado item, ou no caso de nova arte gráfica, a Contratada deverá fornecer uma amostra de cada item, no prazo de até 3 (três) dias úteis, em meio físico ou digital, a critério da Seção de Gestão da Informação e Memória (Secgim), contados da data do recebimento do e-mail de solicitação do serviço, acompanhada da descrição do item, da quantidade e da arte gráfica.

5.5.2. A Secgim terá até 3 (três) dias para aprovar ou recusar a amostra fornecida.

5.5.3. Em caso de reprovação da amostra, será fornecido à Contratada novo prazo, de 3 (três) dias úteis, para a entrega da nova amostra. No caso de reprovação da amostra física, o fornecedor poderá solicitar a sua devolução, ficando sob sua responsabilidade as despesas de transporte.

5.5.4. A Secgim terá até 3 (três) dias para aprovar ou recusar a nova amostra fornecida.

5.5.5. As amostras recebidas poderão ser inutilizadas para sua análise quanto ao atendimento dos requisitos, não podendo ser deduzida do quantitativo a ser fornecido;

5.5.6. A contratada deverá agendar previamente com a Seção de Gestão da Informação e Memória (Secgim), através do e-mail secgim@tre-rj.jus.br, o dia e horário da prestação do serviço de impressão.

5.5.7. Prazo de entrega (item 1): A contratada deverá entregar e afixar o adesivo nos totens e no painel, indicados pela Secgim, em até 10 dias úteis, contados da data de recebimento da comunicação de aprovação da amostra.

5.5.8. Prazo de entrega (item 2): A contratada deverá entregar o banner em até 10 dias úteis, contados da data de recebimento da comunicação de aprovação da amostra.

5.5.9. Em caso de nova solicitação de serviço de impressão, com amostra já aprovada pela Secgim, sem alteração da arte gráfica, a Contratada deverá observar o prazo máximo de entrega de 10 (dez) dias úteis, contados da data de recebimento da solicitação da Secgim.

5.5.10. A paleta de cores e a qualidade da impressão do produto final devem estar de acordo com a amostra aprovada pela Secgim.

5.5.11 - A contratada deverá, quando solicitada, prestar o serviço solicitado, sob pena das sanções legais cabíveis.

5.5.12 - Enquanto não expirado o prazo de entrega, a contratada poderá substituir os produtos recusados pelo Tribunal. Para isso, o prazo de entrega considerar-se-á suspenso durante a fase de análise, reiniciando-se a contagem do prazo restante a partir da data da comunicação da recusa à empresa. A suspensão só poderá ocorrer uma única vez.

5.5.13 - A contratada ficará obrigada a trocar, às suas expensas, o material recusado pelo TRE-RJ, observando-se que o mero recebimento não caracteriza a aceitação do mesmo, que somente ocorrerá após o aceite definitivo.

5.5.14 - Eventual solicitação de prorrogação do prazo de entrega, motivada por fato excepcional e estranho à vontade da contratada, somente será passível de apreciação caso remetida a este Tribunal ainda na vigência do prazo original de entrega, devidamente fundamentada, para o e-mail secgim@tre-rj.jus.br, ressaltando-se que a confirmação de recebimento da solicitação não garante a dilação pleiteada, uma vez que a autorização da prorrogação fica a critério deste Tribunal.

5.6 Local de entrega das amostras e dos produtos finais - Seção de Gestão da Informação e Memória (Secgim), localizada no Edifício Des. Antônio Jayme Boente, Rua da Alfândega, nº 41, 5º andar Centro, Rio de Janeiro, no horário de 11h as 17h, Telefone: (21) 3436-8050/3436-8154, e-mail secgim@tre-rj.jus.br.

VI - MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (Art. 6º, Inciso XXIII, Alínea “f”, da Lei 14.133/2021)

6.1 - Os agentes da administração que atuarão na gestão do contrato estão discriminados nos subitens 7.2 e serão designados dentre servidores da Secgim.

6.2 - A comunicação entre os agentes do TRE/RJ e o representante da contratada será realizada, preferencialmente, através de mensagens eletrônicas.

6.3. Das situações passíveis de aplicação de multa:

6.3.1 As situações que ensejam aplicação de multa são classificadas em grau de 1 a 10 de gravidade, para as quais corresponderão valores de multa, em percentuais do valor total do item, conforme tabela abaixo:

GRAU CORRESPONDÊNCIA % sobre o valor do item.

1	0,5% a 2%
2	3% a 5%
3	6% a 10%
4	20%
5	30%

6.3.2. São situações passíveis de aplicação de multas por inexecução total ou parcial do objeto do contrato ou pelo descumprimento de obrigações contratuais:

Item	Descrição	Grau	Incidência
1	Produto impresso em desacordo com a solicitação da Fiscalização	4	Por item não substituído.
2	Inexecução total do contrato.	5	Por item não entregue.

6.3.3. São situações passíveis de aplicação de multas moratórias por atraso na execução do objeto ou no cumprimento de obrigação contratual:

1	Atraso injustificado na apresentação da amostra	3	Por item
2	Atraso injustificado na prestação do serviço de impressão	3	Por item

6.4 Do reajuste de preços

6.4.1. O reajuste do valor contratual observará o intervalo mínimo de 1 ano, contado da data da estimativa de preços, e serão efetuados com base no índice IPCA/IBGE ou, no caso de sua extinção, no índice que venha substituí-lo.

6.4.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o prazo mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.4.3. O reajuste é devido automaticamente cada vez que for completado o período necessário, independentemente de requerimento do contratado.

VII - CRITÉRIOS PARA MEDIÇÃO DOS RESULTADOS E AFERIÇÃO DE QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS (Art. 6º, Inciso XXIII, Alínea “g”, da Lei 14.133/2021)

7.1 - Por se tratar de contratação de baixa complexidade, não haverá medição para o pagamento.

7.2 - O processo de liquidação e pagamento seguirá as seguintes etapas e prazos:

Etapas	Procedimento de fiscalização	Prazo	Responsável
Recebimento provisório	Conferência da conformidade dos quantitativos entregues em relação à descrição constante na solicitação do serviço e na nota fiscal.	Até 3 dias úteis a contar da entrega total do material (para os adesivos, a contagem será a partir da afixação nos totens e no painel).	Secgim
Recebimento definitivo	Conferência da conformidade das características do material em relação à arte gráfica enviada e ao Termo de Referência.	Até 7 dias úteis a contar da emissão do relatório de recebimento provisório	Gestor do Contrato
Atesto da nota fiscal	Conferência da conformidade do documento fiscal	Até 1 dia útil a contar da emissão do relatório de recebimento definitivo	Gestor do Contrato
Pagamento	Verificação da regularidade fiscal da contratada e demais condições de habilitação	Até 10 dias úteis a contar do atesto da nota fiscal	Secretaria de Orçamento e Finanças

7.3 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, creditada na conta corrente da contratada.

7.4 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.5 Em caso de erro na nota fiscal, esta será devolvida à contratada, com a exposição dos motivos do não atesto e o prazo referido acima retornará à contagem inicial.

7.6 Caso a nota fiscal apresente valor superior ao correto a faturar, a contratada poderá autorizar a glosa da diferença apurada ou a substituição da mesma, no prazo máximo de 3 dias úteis, a contar da comunicação deste Tribunal.

7.7 No caso de pessoa física, o valor referente ao percentual de 20% do valor da proposta a título de contribuição patronal à Seguridade Social será recolhido, pela Administração, ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), conforme dispõe a IN SEGES/ME nº 116, de 21/12/2021.

7.8 Quando o contratado for optante pelo Regime Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional), para que não sofra a retenção de tributos, a nota fiscal deverá vir acompanhada da declaração de Optante pelo Simples, assinada pelo representante legal da contratada, na forma do Anexo IV da IN RFB 1.234/2012 com a redação dada pela IN RFB 1.244/12.

7.9 Os prazos serão interrompidos sempre que se façam necessários a solução de pendências na execução do objeto, identificadas em qualquer etapa da liquidação da despesa ou do saneamento na inconsistência do documento fiscal apresentado pela contratada.

7.10 Caso a contratada opte por efetuar o faturamento por meio de CNPJ (matriz ou filial) distinto daquele constante na proposta, será verificada a regularidade fiscal e trabalhista de ambos os estabelecimentos.

7.11 No caso de atraso no pagamento provocado exclusivamente pela Administração, a contratada fará jus à atualização financeira, com juros de mora de 0,00016438% ao dia, alcançando-se 6% ao ano, multiplicados pelo número de dias de atraso entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela.

VIII - FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (Art. 6º, Inciso XXIII, Alínea “h”, da Lei 14.133/2021)

8.1. O fornecedor será selecionado por meio de licitação, na modalidade Pregão, sob a forma eletrônica, com a adoção do critério de julgamento pelo menor preço por item, nos termos da Lei 14.133/21.

8.2. Documentação exigida para habilitação técnica:

8.2.1 Atestado de capacidade técnica, emitido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprove que o licitante tenha executado, de forma satisfatória, o objeto da presente contratação.

8.2.2. Os licitantes deverão disponibilizar, quando solicitado pelo pregoeiro, todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados de capacidade técnica apresentados.

8.2.3. A justificativa para a solicitação do atestado de capacidade técnica se fundamenta na necessidade de aferição da experiência e da expertise da empresa na prestação do serviço de impressão.

8.3. Documentação exigida para habilitação econômico-financeira:

8.3.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

8.3.2. A justificativa dessa exigência é assegurar que a empresa contratada possua saúde financeira compatível com as obrigações contratuais.

IX - ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (Art. 6º, Inciso XXIII, Alínea “i” e “j”, da Lei 14.133/2021)

9.1. Unidade Gestora Responsável: Secretaria de Administração - SAD

9.2. Ação Orçamentária: Julgamento de Causas e Gestão Administrativa da Justiça Eleitoral

9.3. Código do Item Orçamentário: SAD 013

9.4. Código do serviço: 18724

9.5. Valor estimado da despesa: O valor estimado da despesa constará no anexo II do edital de licitação.

X - DECLARAÇÃO SOBRE SIGILO DO ORÇAMENTO DA CONTRATAÇÃO:

10.1 Não se aplica.

RODRIGO COSTA JAPIASSU
CHEFE DA SEÇÃO DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO E MEMÓRIA



Documento assinado eletronicamente em 11/06/2026, às 12:19, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

FELIPE DE MELLO SANTOS
CHEFE DA SEÇÃO DE INSTRUÇÃO DE COMPRAS



Documento assinado eletronicamente em 11/06/2026, às 12:26, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-rj.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **5037082** e o código CRC **D49B93D0**. No momento só é possível efetuar a verificação de autenticidade através da rede interna do TRE-RJ.